05/00000 75 d.1

Senhor Presidente

Senhores Conselheiros

Senhoras, Senhores

Senhores advogados e solicitadores recipiendários

É de praxe neste Egrégio Conselho, no ensejo da saudação aos novos membros que se compromissam na Secção de São Paulo da Ordem dos Advogados do Brasil, que se trace o perfil de um dos advogados de nossa terra, já desaparecidos, mas que deixaram marçada a sua exemplar atuação profissional.

Não se poderia escolher meio mais sugestivo para ressaltar, aos novos profissionais, a nobresa da carreira que abraçaram e a suma importância que a ética tem no exercício da advocacia.

Certo, por vezes recebemos também provectos advogados que se transferem para São Paulo, depois de longa atividade em outras secções da "Ordem". Êstes não precisariam de exemplo, pois que já são familiarizados com os nossos estatu

tos. Nem por isso, entretanto, hão de maldizer o benfazejo costume.

Todos nós, em todos os setores da atividade humana, sentimos, de quando em vez, a necessidade de voltar os olhos para veneráveis vultos desaparecidos, numes tutelares em cuja recordação engolfamos o espírito, a fim de retemperar as forças para a luta quotidiana.

É o que vou fazer agora, evocando a personalidade do advogado Antonio de Moraes Barros, de ilustre estirpe que tantos e beneméritos servidores deu a São Paulo e à Pátria.

Era filho do senador Manoel de Moraes Barros e de Dª Maria Ignez de Moraes Barros.

Foi casado com Dª Izaura de Almeida Moraes Barros, que o precedeu no túmulo, e do consórcio deixou digna descendência que não lhe deslustra a tradição. São seus filhos os nossos colegas Francisco e Hermann de Moraes Barros.

Era irmão de Paulo de Moraes Barros, Jorge de Moraes Barros, Nicolau de Moraes Barros e Pedro de Moraes Barros, para só me referir aos seus colaterais varões, e sobri-

nho de Prudente de Moraes, o presidente e consolidador da República.

Já vêdes, pois, que o cidadão cuja memória se vai lembrar, pertencia a uma grei que tanto lustre deu a nossa terra, na política, na advocacia, na diplomacia, na medicina, na lavoura e no comércio.

Não podia êle, assim, diferir dos seus, no alto padrão das suas qualidades.

Formado pela nossa Faculdade de Direito em 1.891, iniciou suas atividades em Piracicaba, onde nascera a 5 de julho de 1.870.

Fez jornalismo e foi político. Na política militou por largo tempo, exercendo mandato de deputado estadual durante várias legislaturas. Os anaes do Congresso Paulista registram a sua viva atuação parlamentar e os assinalados serviços que prestou ao Estado.

Com tão brilhante fé de ofício, não poderia êle ter estado alheio à Campanha Civilista do imortal Ruy. Dela participou, efetivamente, com o entusiasmo que sempre punha na defeza das suas idéias.

Em outros e memoráveis episódios da vida pública do nosso Estado tomou parte ativa, com a intrepidês do seu espírito desassombrado.

Mas, não é do político que devo falar aqui, e sim, do advogado.

Juntamente com os drs. Francisco Morato e Manoel da Silveira Correa, Antonio de Moraes Barros abriu banca de advocacia, logo depois de formado, na terra natal.

Lá, e posteriormente nestà Capital, exerceu o nosso "munus" com inexcedível zêlo.

A sua figura, à primeira vista, podia não atrair: corpulento, feição enfezada, voz rouquenha, franqueza rude e gestos bruscos. Tudo isso escondia, porém, as ternuras do seu coração carinhoso, e contrastava com o encanto da sua prosa cheia de humor, recheada de episódios pitorescos da sua movimentada vida.

Eu o conheci pela apresentação de meu saudoso pai, amigos que ambos eram, desde a época em que, ainda meninos, cursaram juntos o Colégio Moretzon, desta Capital.

Homem simples, de rija têmpera, carater

impoluto, inflamado na defeza e na pregação do bem, causticante na verberação do mal, foi um advogado em tôda a linha.

A retidão de espírito e o bom senso grangearam-lhe larga projeção, não apenas perante clientes, mas, também, entre os colegas, magistrados, e funcionários da Justiça.

Cumpre lembrar que a nossa classe, nesses idos tempos, quando ainda não se organizara e prestigiara sob a égide da "Ordem", era, justa ou injustamente, olhada com reserva pelos juizes, precavidos contra ela pelo procedimento incorreto dos mais elementos que na carreira ingressavam com facilidade, não para advogar, mas para rabulejar.

Pois o advogado Antonio de Moraes Barros, padrão de probidade profissional, era recebido, respeitado e acatado pelos mais eminentes e austeros juizes.

Espírito essencialmente prático, como deve ser todo o advogado, conhecedor do direito e das leis, ninguém de forma mais eficiente orientou e defendeu seus constituintes.

Para isso, contudo, jamais esqueceu a le-

aldade e a dignidade profissional.

Advogava como o patriarca em cuja familia os clientes se integravam para, como amigos, dele receberem orientação dos seus negócios e amparo de seus direitos.

Sem rebuços, criticava e despedia quem intentasse proceder menos lisamente.

E igualmente trovejava a sua fulminante objurgatória contra quem quer que, com fraude ou malícia, pretendesse prejudicar os interêsses que lhe eram confiados.

E a ninguém - nem aos juizes - poupava, quando mister.

Conquistou renome pela honestidade e proficiência com que se dedicava aos assuntos sob sua responsabilidade, e a sua banca era das mais movimentadas, pois a êle recorriam quantos necessitavam dos seus abalizados conselhos ou do seu amparo profissional.

Não só homens de negócios e de posição social, mas gente humilde, de nenhum ou de parcos recursos, a êle acorriam quando as atribulações morais ou patrimoniais os atormentavam.

Na sua vasta clientela incluiam-se viúvas e órfãos, de cujos bens e interêsses cuidava com o maior escrúpulo, fazendo-os prosperar.

Firmou, assim, conceito de notável advogado, distinguindo-se, principalmente, em questões de terras, que conhecia e deslindava com segurança.

Em disputas familiares, a sua palavra prudente conciliava desavenças e orientava as partes no sentido de preservar o recato com que tais assuntos devem ser dirimidos, mesmo na impossibilidade de harmonização, a bem do prestígio da família.

Foi sócio fundador do Instituto dos Advogados de São Paulo, célula mater da nossa "Ordem", por força da própria lei que a instituiu.

Há passagens dignificantes na sua vida de advogado, postas em foco pelos seus biógrafos, entre os quais Aureliano Leite, Mariano Costa, Pelágio Lobo e Francisco Morato.

Vou recordar uma delas e narrar outra ocorrência que se deu depois do seu decesso.

Certa vez, um seu cliente viu-se executado por cambiais fictícias, antedatadas, do valor de oitenta contos de réis, sem que pudesse dar bens à penhora para defender-se.

Pois o advogado ofereceu à penhora a própria residência - único imóvel que possuia - para que a defeza não fosse sacrificada!

E, depois de ganhar a causa, recusou a quantia de vinte contos de réis que o cliente, já então amigo, insistia em pagar-lhe, por serviços assim inestimáveis. Só recebeu cinco contos, com esta exclamação: "Pois já não bastava a satisfação de desmascarar a velhacaria e ganhar a causa?!"

E foi assim, nessa modesta base, que consentiu em receber honorários.

Na sua bela atitude, deixou externado o conceito dignificante em que se hão de ter os honorários advocatícios.

Da re tribuição a que faz jus ao advogado, nem por ser indispensável à satisfação das necessidades da vida, é a parcela pecuniária, a mais importante.

Paira acima dela, aquele outro quinhão imaterial, representado pela satisfação do dever cumprido, pelo respeito e pela estima que lhe devem os seus concidadãos, em reconhecimento de seu esfôrço e da sua dedicação em prol da verdade, do direito, da moral e da justiça.

Antonio de Moraes Barros faleceu aos 2 de agosto de 1.931, vítima de moléstia que o surpreendeu e para a qual, certamente, concorreu seu temperamento vibrante e apaixonado.

Abriu-se o inventário dos seus haveres.

Se de bens terrenos não era rico, deixou, entretanto, - aos seus descendentes - como herança de inestimável valor, o exemplo de uma existência reta e o prestígio do seu nome honrado.

E êsse exemplo e êsse prestígio impuseram-se, ainda depois de sua morte, na liquidação de seu acervo.

Aí se deu a ocorrência a que aludí:

Entre os bens que compunham o espólio, figuravam quantias que, segundo simples referências por êle próprio lançadas no seu "borrador", pertenciam a clientes,

dinheiro que recebera para dar aplicação conveniente.

Pois tôdas essas quantias foram excluídas do monte para efeito do cálculo do imposto causa-mortis, porque a Procuradoria Fiscal do Estado, à vista dêsse simples "borrador", com isso concordou, dando, assim, testemunho da elevada envergadura moral do advogado falecido!

Foi dessa estatura o advogado cuja vida profissional procurei retratar.

"Advogado fora do comum, dotado de grande inteligência e profundo bom senso, inclinado a considerar os fenômenos e a conduzir pelo aspecto prático as causas que lhe eram confiadas."

Assim o definiu o emérito professor Francisco Morato, no discurso que, na qualidade de orador oficial, proferiu na sessão solene que o Instituto dos Advogados de São Paulo realizou na sala "João Mendes Junior" da Faculdade de Direito, para homenagear-lhe a memória.

A missão do advogado, exerceu-a Antonio de Moraes Barros como aquela espécie de magistratura de que fa

la Ruy na "Oração aos Moços", e que tem, como a do juiz, o mesmo objeto e a mesma resultante: a justiça. A justiça que, nas funções de advogado, é justiça militante, e nas do magistrado, é justiça imperante.

Jamais discrepou êle dos mandamentos que o imortal brasileiro, a "Águia de Haia", insculpiu na verdadeira "Tábua da Lei" dos advogados, que outorgou à nossa classe naquela memorável oração.

Bem merece, pois, que hoje a "Ordem" lhe cultue a memória.

A vós que hoje recebeis o compromisso sob o qual devereis exercer a nossa profissão, desejo, por fim, depois de me haver referido aos deveres morais do advogado, lembrar algumas normas de ação na batalha judiciária em que foi perito o causídico ora reverenciado, consubstanciadas no seguinte

MEMENTO DO ADVOGADO

1.-Não afaste do seu pensamento qualquer das suas causas, quanto não solucionadas definitivamente. É discutindo-as consigo mesmo; é, muita vez, falando com os travesseiros, que ocorrem ao advogado providências necessárias ou úteis

não só para o bom êxito da sua orientação como também para frustrar eventuais tentativas da parte contrária, que porventura pudessem por em risco o feliz desfêcho do caso.

2.-Identifique-se com cada uma de suas causas, para assim defendê-las com maior poder de convicção. Mas não perca a serenidade.

3.-Lembre-se da prudente advertência do provérbio segundo o qual mais vale um mau acôrdo do que uma bôa demanda. Não concorra para exacerbar a paixão das partes, que isso poderá criar obstáculo irremovível a um acôrdo viável e conveniente ao real interêsse do seu constituinte.

4.-Considere que o prazo vence na véspera. Ao interpretá-lo em caso de dúvida, adote, para maior segurança, a solução que o restringe ao invéz de preferir a que o dilata. Só em caso de necessidade e por excessão se utilize do último dia.

5.-Vigie diariamente o andamento das suas causas. Só assim evitará surpresas e ciladas de um adversário astucioso ou mais diligente. E só assim evitará a demora na solução das demandas sob o seu patrocínio.

6.-Não subestime o adversário, por mais fraco que pareça.

7.-Não despreze a produção de qualquer prova ou de qualquer alegação de direito, por mais que uma e outra se lhe afigurem irrelevantes. Pode bem acontecer que o Juiz dê importância a circunstâncias que parecem secundárias aos olhos do advogado.

8.-Não esqueça a cortezia no trato com clientes, juizes, colegas, ministério público, escrivães, escreventes, oficiais de justiça e demais funcionários e auxiliares dos serviços forenses. MAS,

9.- Verbere com desassombro e até com veemência se necessário - sem faltar à polidez da linguagem - os atos ilegais, arbitrários, ilícitos e desonestos de quem quer que seja. E contra êles interponha todos os recursos cabíveis.

10.-Estude sempre o Direito, não esqueça o seu gráu e não infrinja a ética, a fim de que não lhe falte autoridade moral para exigir a consideração que lhe é devida no exercício da profissão, e para que não se transforme num simples rábula!

Eis aí, senhores, diretrizes que se podem haurir da lição imperecível de Ruy, e do exemplo da vida profissional do advogado Antonio de Moraes Barros.

Inspirados naquela lição e neste exemplo, guiados pelo Código de Ética que ides receber nesta solenidade, estareis bem avisados para o exercício da advocacia.

Sêde benvindos à Ordem dos Advogados do Brasil.

(Discruso de recepção aos novos advogados e solicitadores acadêmicos, pronunciado pelo Conselheiro Lauro Celidonio Gomes dos Reis em sessão do Conselho da Secção de São Paulo da Ordem dos Advogados do Brasil, realizada em 19 de maio de 1.959.)